



Opinião Econômica

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)



Retrocessos na proteção à infância

Caso na França expõe o risco de crianças fora da escola ficarem invisíveis ao sistema

Um menino de 9 anos foi mantido pelo pai dentro do carro da família, na cidade francesa de Hagenbach, por mais de um ano. Segundo reportagem do UOL, a escola “arquivou o seu processo” ao ser informada pela família de que ele seria escolarizado de outra forma. Nesse contexto, seria necessário o acompanhamento do serviço social, o que não ocorreu. A saída da criança da escola contribuiu para torná-la invisível ao sistema e, consequentemente, mais exposta à violência.

Apesar de o caso ter ocorrido na França, os números de violência interpessoal contra crianças de 0 a 14 anos no Brasil são elevados. Segundo dados do Sinan (Sistema de Informação de Agra-

vos de Notificação) do Ministério da Saúde, em 2025, foram reportados quase 50 mil casos. Entre 2009 e 2025, quase 68% dos casos ocorreram no domicílio. Médicos e professores, que mantêm contato mais direto com as crianças, conseguem perceber quando há algo errado. A escola, nesse sentido, torna-se não apenas um lugar de aprendizagem e socialização, mas também um espaço seguro.

Essa situação acende um sinal de alerta sobre o projeto de lei do deputado federal Lincoln Portela (PL - MG), aprovado na Câmara e atualmente em tramitação no Senado, que regulamenta o homeschooling (educação domiciliar). O projeto estabelece

que a educação domiciliar seja realizada sob a responsabilidade dos pais ou responsáveis, sem romper o vínculo do estudante com o sistema de ensino. Para isso, a criança ou adolescente deve permanecer matriculado em uma instituição de ensino, que acompanhará sua aprendizagem, enquanto o poder público continuará responsável pela supervisão de seu desenvolvimento educacional. O projeto não especifica como será realizada essa supervisão nem seu custo.

Se, com as crianças na escola, os desafios para o aperfeiçoamento da aprendizagem já são enormes, imagine à distância. Podemos esperar um aumento da desigualdade na aprendi-

zagem. Além disso, há estudos nos EUA, onde essa modalidade de ensino é permitida, que mostram que, apesar dos esforços de alguns estados para aumentar a proteção às crianças no homeschooling, tais iniciativas não foram bem-sucedidas.

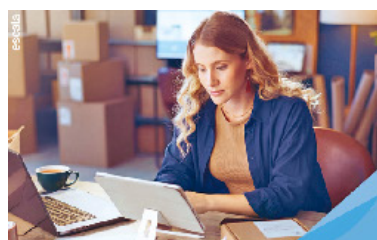
Ademais, especialistas alertam que a redução das interações sociais e do contato com diferentes perspectivas pode prejudicar o desenvolvimento socioemocional das crianças e dificultar a aquisição de competências e habilidades fundamentais para a convivência em sociedade.

Outro sinal de alerta foi a sustação, pelo Senado Federal, da Resolução n.º 258/2024 do Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente). Essa resolução estabelecia diretrizes nacionais para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual que precisavam de acesso ao sistema de saúde para realizar o

aborto legal. O Senado tem todo o direito de sustar a resolução. O problema é que, até o momento, não foi estabelecida, em seu lugar, uma nova diretriz nacional com a mesma abrangência para o atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

A gravidez de menores, principalmente de meninas de até 14 anos, muitas vezes é descoberta tardiamente, e um protocolo que agilize o acesso ao aborto legal pode reduzir riscos e traumas. Na contramão da legislação em vigor desde 1940, o PL 1.904/2024 prevê a aplicação das penas do homicídio simples aos abortos realizados após 22 semanas de gestação, o que pode afetar particularmente meninas vítimas de violência sexual.

A legislação deve ser aperfeiçoada para se tornar um melhor instrumento de proteção às crianças e adolescentes. Precisamos avançar e não retroceder.



Tá com crédito

Soluções de crédito com ótimas taxas.*

Vai investir na sua empresa? Conte com crédito Banrisul.

*Sujeito a análise de crédito.

Saiba mais:




Audiência sobre concessão da Malha Sul férrea em Porto Alegre será na Fiergs

/ LOGÍSTICA

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Depois de um encontro realizado em 16 de julho, em Brasília, mais três sessões da audiência pública para discutir a nova concessão da Malha Sul ferroviária serão realizadas em Curitiba (PR), Florianópolis (SC) e Porto Alegre. Na capital gaúcha, a reunião ocorrerá no próximo dia 29, às 9h, na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs).

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) divulgou nesta quarta-feira o local do debate. Antes da sessão no Rio Grande do Sul, haverá um encontro no Paraná, na próxima segunda-feira (27), e, posteriormente, em 31 de julho, haverá um evento em Santa Catarina.

A audiência, de acordo com a ANTT, tem como objetivo tornar públicas e receber sugestões e contribuições para as minutas do edi-



Primeiro evento ocorreu em 16 de julho em Brasília; próximos acontecem no Paraná, Rio Grande do Sul e em Santa Catarina

tal e do contrato de concessão. A agência reguladora, em nota, detalha que durante a primeira sessão, realizada na capital federal, foram apresentadas as propostas que preveem a reconfiguração da Malha Sul em três corredores ferroviários independentes, que somam mais de 4,2 mil quilôme-

tros de vias em operação. Esses trilhos encontram-se predominantemente nos estados da Região Sul do País e uma pequena parte em São Paulo.

Segundo a ANTT, a divisão em três segmentos considera as características operacionais e econômicas de cada trecho. Apesar

desse escopo original, o secretário nacional de Transporte Ferroviário, Leonardo Ribeiro, afirmou, durante recente reunião-almoço promovida pela Federasul, que se for apontada como melhor alternativa uma concessão em um único bloco, essa opção poderá ser avaliada.

As contribuições para a nova concessão da Malha Sul seguem abertas até o dia 10 de agosto. Para os interessados em participar, basta acessar o portal ParticipANTT. A atual concessão, que hoje é de responsabilidade da empresa Rumo, se encerra em fevereiro do próximo ano.

REBECCA OMENA/COMUNICAÇÃO ANTT/C